

Pós-Guerra

Pós- guerra

- Economia deprimida
 - Bombardeamento a alvos económicos
 - Bloqueios e a guerra submarina
 - Paragem no comércio mundial.
- Plano Marshall
 - Poupança Europeia insuficiente
 - Capitais acumulados nos EUA
- Dois polos: EUA e URSS
 - Perda de importância relativa da Europa.
 - 1948: Divisão da Alemanha
 - COMECON (1947) e OECE (1948)
- Experiências de construção do socialismo
 - Europa de Leste
 - Ásia (China, Vietname, Coreia).
- Dirigismo económico, planos indicativos no Ocidente
 - Bélgica, 1947-56
 - França, 1947-51
 - Holanda, 1946-52

Nova Ordem Internacional

- Bretton Woods (1944)
 - Câmbios fixos face ao dólar (banda de 1%)
 - Convertibilidade do dólar (\$35 por Onça)
 - Dólar pode ser impresso por contrapartida de dívida pública
 - IMF, IBRD (Portugal adere em 1961)
- ONU (1945)
 - Portugal adere em 1955
- GATT (1947)
 - Promove-se a liberdade de comércio e a difusão tecnológica
 - Cláusula da nação mais favorecida
 - Portugal: 1962
- OECE (1948)
 - Administra fundos do Plano Marshall (1947)
 - Apoios dos EUA começaram em 1945
 - Portugal é membro fundador, Espanha não
 - União Europeia de Pagamentos (1950-58)
 - Mecanismo de pagamentos entre países Europeus
 - Conta aberta no BIS
 - Saldos pagos em dólares ou ouro.
 - Substituído pelo Acordo Monetário Europeu, quando as moedas europeias se tornam convertíveis
 - Substituída pela OCDE em 1961
 - Organismo de estudos
 - Aberto a outras economias de mercado

Portugal:

- Pressões internacionais para a democracia:
 - A França ameaça boicotar a Espanha e em resposta a Espanha isolou-se
 - Salazar promete eleições, legaliza temporariamente o Movimento de União Democrática (1945-48), amnistia presos políticos do Tarrafal, extingue tribunais militares especiais que julgavam crimes contra o Estado, mas não consegue entrar na ONU (oposição dos países comunistas e dos recém-independentes) .
- 1948: Portugal fundador da OECE
 - Abrangido pelo plano Marshall
 - Base das Lages, Guerra Fria...
 - Mas só solicita fundos em 1948-50, tendo conseguido uma ajuda muito pequena
- 1948: NATO
- 1955: Portugal é aceite nas Nações Unidas

OECE

- No âmbito da OECE, verificou-se alguma liberalização de importações e no sistema de pagamentos
 - Eliminação de restrições quantitativas
 - Redução pautal em produtos industriais
 - Acordos de comércio passam a ter natureza multilateral
 - Convertibilidade em transações correntes
- No âmbito da UEP (1950), o Escudo fixa a paridade ao dólar
 - Revalorização inicial de 25% face à libra, depreciação de 15% face ao dólar.
 - Oferta de moeda determinada pelos excedentes da Balança de Pagamentos
 - Com o retorno ao equilíbrio externo, o Escudo adquiriu um estatuto de moeda forte no seio da UEP, o que lhe conferiu poder de intervenção, apesar de país pequeno.
- Relatórios da OECE
 - Debate nacional

Enquadramento Institucional e Regulação económica

- Idade média
- Mercantilismo
- 1822: Rotura com o antigo regime
- 1910: República
- 1932-1945: Modelo Corporativo
- **1953-1958: Substituição de Importações**
- 1959-1973: Abertura e crescimento acelerado
- 1974-1985: Intervencionismo económico
- 1986-1992: Liberalização
- 1992-1998: Transição para o euro
- 1998-2020: (...)

Anos 50

- Substituição de Importações
- Opção pela indústria pesada
- Construção de infraestruturas
 - Eletrificação
 - Laboratórios, centros de investigação, escolas industriais.
 - Irrigação do Alentejo e Ribatejo
- Planos de Fomento
 - Intenções de investimento público
 - Apoios ao investimento privado
 - Planos vinculativos para o sector publico, indicativos para o sector privado
 - Em 1956 é Criado o Banco de Fomento Nacional
- Em 1951 a taxa de crescimento da indústria ultrapassa a da agricultura.
 - Falhou a tentativa de alteração da estrutura fundiária (Mota Campos, 1959)

Planos de Fomento

- **1953-58: Primeiro Plano de Fomento**
 - 2% do PIB em Investimento Público
 - Barragens e eletrificação (35%), Transportes e Comunicações (32%), Hidráulica Agrícola (17%), Industrias de Base: refinação de petróleo, siderurgia, química (12%)
 - 1959: Metro de Lisboa
 - Pouca coordenação (estrangulamentos)
- **1959-64: Segundo Plano de Fomento**
 - 4% do PIB em Investimento Público
 - Transportes e Comunicações (46%), Eletricidade (36%)
 - Substituição de importações
 - Nacionalismo Industrialista
 - 1961: Siderurgia Nacional
 - Apoios discricionários
 - Crédito direcionado, acesso ao mercado de capitais, proteção pautal, apoio técnico
 - Siderurgia, refinação de petróleo, adubos, celulose, papel
- **1965-66: Plano intercalar**
 - Ambíguo relativamente à abertura
 - Defende-se necessidade de concorrência externa
 - Investimento público 4% do PIB
 - 60% em energia e transportes
 - 1966: Ponte sobre o Tejo.
- **1967-73: Terceiro Plano de Fomento**
 - Materializa a opção pela abertura
 - Falhanço dos modelos da América Latina
 - Promoção de exportações
 - Mantém apoio a industria pesada
 - Polo industrial de Sines
 - 1967: Lisnave

Enquadramento Institucional e Regulação económica

- Idade média
- Mercantilismo
- 1822: Rotura com o antigo regime
- 1910: República
- 1932-1945: Modelo Corporativo
- 1953-1958: Substituição de Importações
- **1959-1973: Abertura e crescimento acelerado**
- 1974-1985: Intervencionismo económico
- 1986-1992: Liberalização
- 1992-1998: Transição para o euro
- 1998-2020: (...)

Blocos na Europa

- 1947: Benelux
- COMECON (1949-1991)
 - URSS, Polónia, Roménia, Hungria, Bulgária, Checoslováquia e Albânia (1949-87).
 - Jugoslávia: estatuto observador em 1964
 - Mais tarde: RDA (1950), Vietname (1978), Cuba (1972), Mongólia (1962)
- 1951: Tratado de Paris (CECA)
 - Benelux, Itália, França, Alemanha
- 1957: Tratado de Roma (CEE6)
 - Comércio livre até 1967
 - Pauta exterior comum
- 1960: Convenção de Estocolmo (EFTA7)
 - Comércio livre
 - Dinamarca (1960-94), Suécia (1960-94), Áustria (1960-94), Portugal (1960-85), RU (1960-72), Suíça (1960), Noruega (1960),
 - Islândia (1970), Liechtenstein(1991)
- 1972: Acordo CEE-EFTA
- 1973: CEE9
 - RU (após insistentes pedidos), Dinamarca, Irlanda
 - EFTA4

Portugal

1956 - Envio de um contingente militar para a Índia

- Salazar, ao contrário da Inglaterra, não negocia a descolonização.
- isolamento diplomático de Portugal em relação ao “Terceiro Mundo”
- Os mercados que se abrem são a Europa e os EUA.

1957 Segundo congresso da indústria

- Marca o surgimento da Tecnocracia (Economistas e Engenheiros) em Portugal, por oposição aos doutores, que emergiram no século XIX).
- Apelos à necessidade de transformação estrutural da economia, de abertura ao exterior, e de desenvolvimento planeado

1958: Humberto Delgado (geração nato).

1960: Concessão de base militar em Beja à Alemanha

1960: EFTA

- Portugal entra sem ter sido convidado
- Não se impunham condições de ordem política (Tratado de Roma)
- Comércio com colónias (como a Inglaterra)
- Velha aliança (Espanha e Brasil são irrelevantes)

1961: Início da Guerra colonial

- Perdem-se as possessões na Índia
- Inicia-se a guerra em África (baixa intensidade, quando comparada com as guerras civis em África)
- Apoio militar da França e Alemanha, benevolência americana (guerra fria)

1961: Santa Maria

- Revela isolamento do regime.
- Aumenta a perseguição política (PIDE)

1962: GATT

1964: Concedida a França base militar nos Açores

1968 - Salazar cai da cadeira e é substituído por Caetano.

- Mas o regime não mudou.

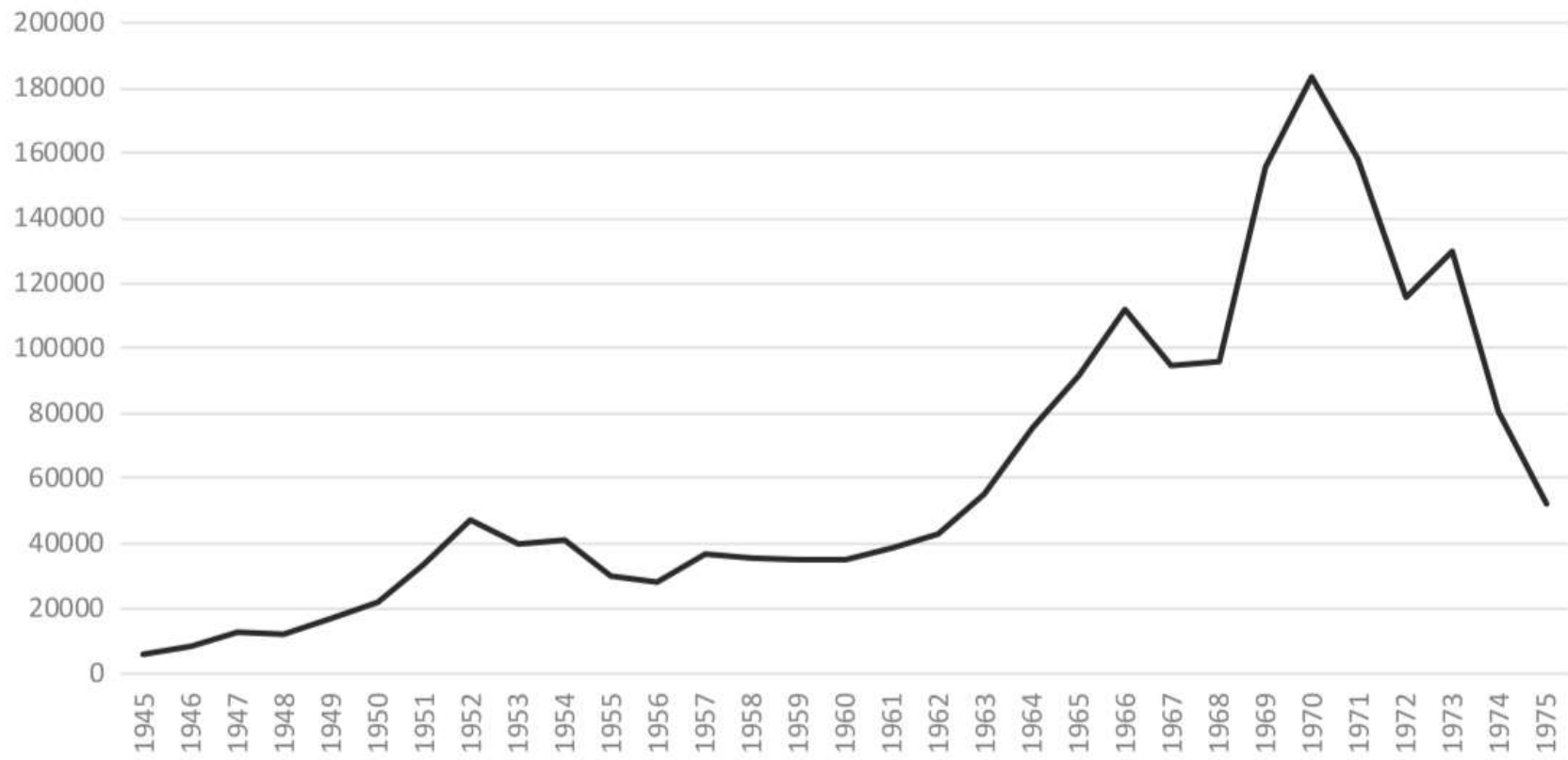


Fig. 8 Emigrants, Portugal, 1945–1975 (*Source* Baganha [1994])

Abertura à Europa

EFTA (1960)

- Não inclui produtos agrícolas
- Bens com tratamento especial
 - Concentrado de tomate e conservas de peixe (não agrícolas)
 - Regime favorável na exportação de vinho
- Anexo G (1960)
 - Desmantelamento pautal mais lento que nos parceiros
 - A 20 anos, na prática com derrogações até 1992
 - Cláusula de proteção a indústrias novas
 - Permitiu estabelecimento de montagem de automóveis e siderurgia
 - Efeito imediato da abertura em 87% das exportações, e em apenas 23% das importações

1962: Membro Associado da CEE (perspetiva de adesão)

1972: Acordo CEE-EFTA

- Desmantelamento de barreiras à exportação de produtos industriais até 1977
- Mercado Comum=40% das exportações e 50% das importações
- Eliminação de direitos nas importações até 1977
 - Exceto lista de produtos com restrições quantitativas (automóveis)
 - Cláusula de proteção a indústrias novas mantem-se
 - Agricultura mantem-se protegida
- Conservas de peixe e de tomate deixam de ter regime especial
- Portugal passa a ter acesso aos empréstimos do BEI

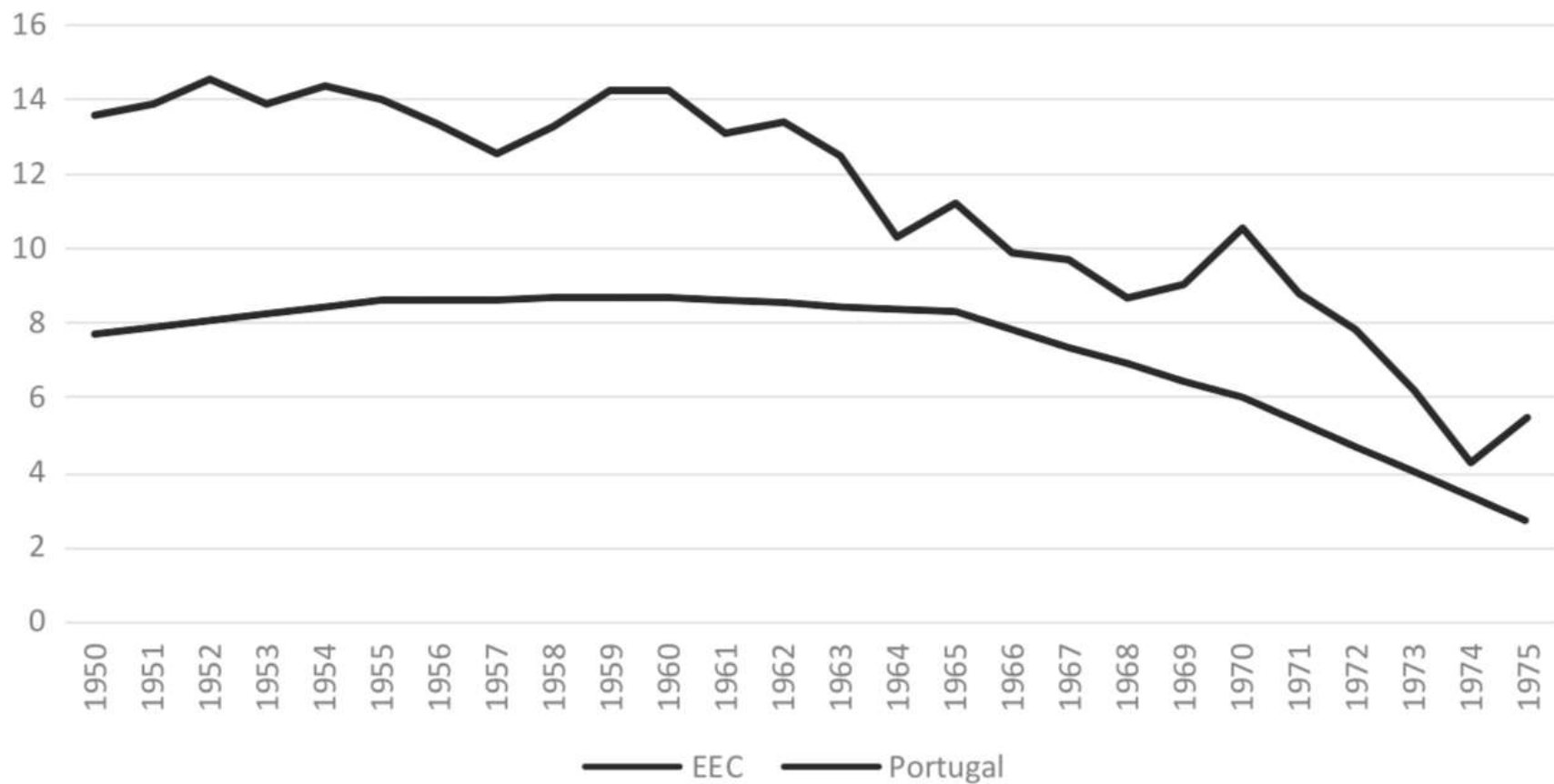
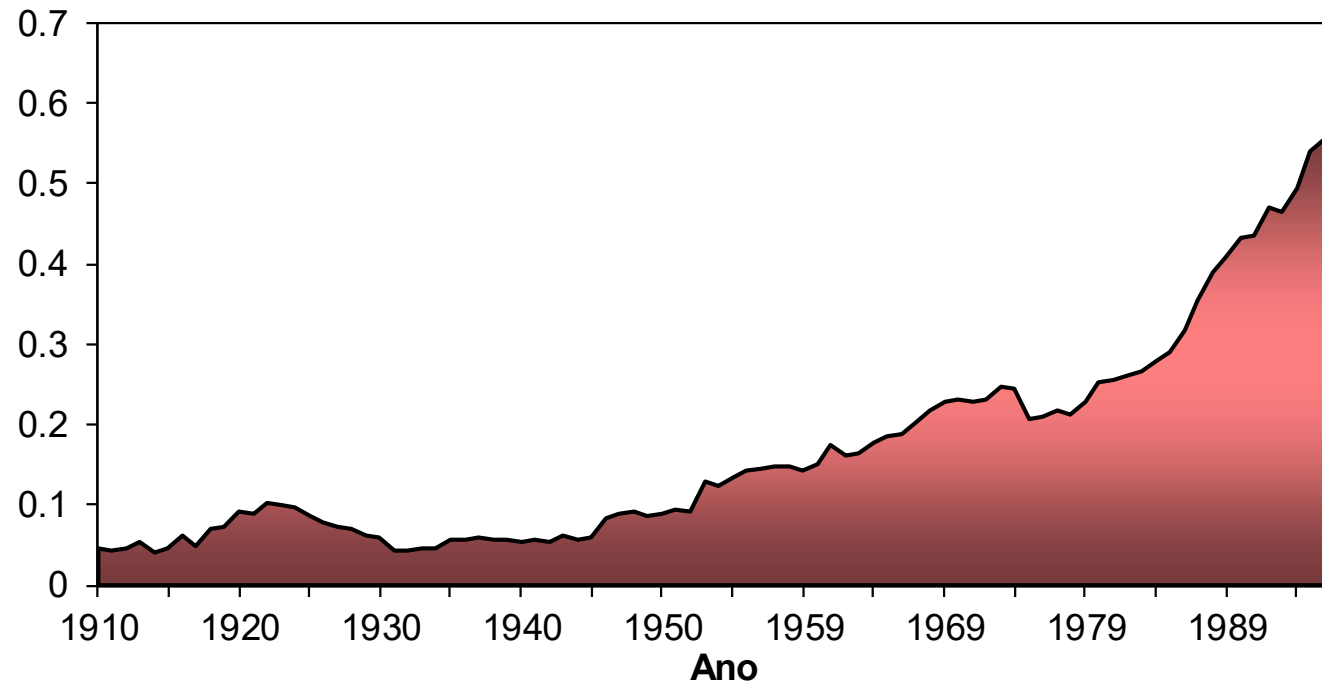
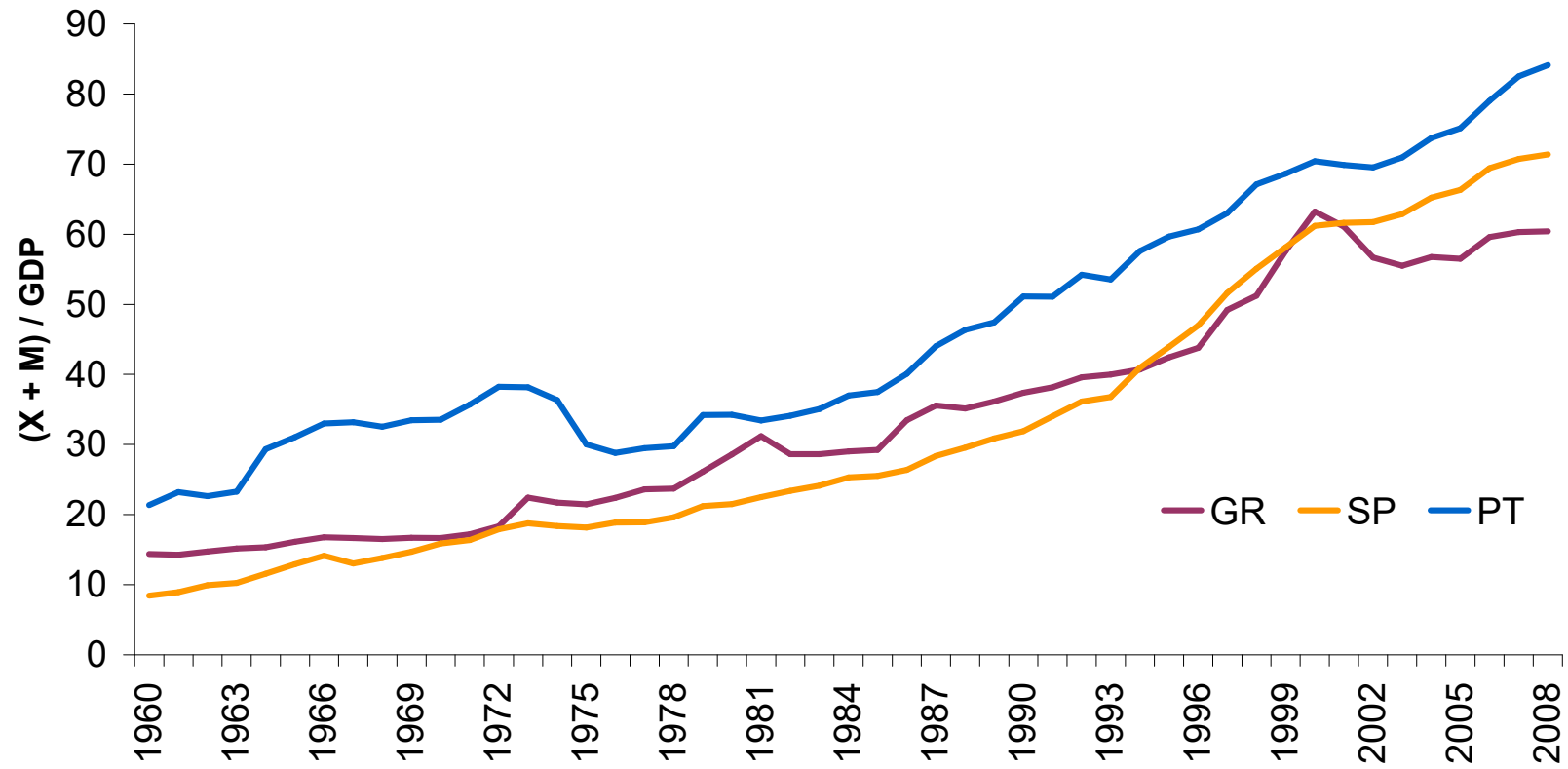


Fig. 6 Average tariffs % of imports, Portugal and EEC/EU, 1950–1975 (Source Portugal—Fontoura and Valério [2001]; EEC/EU: adapted from Dür [2008])

Grau de abertura da economia $((Exp+Imp)/2)/PIB$



Openness of the economy



Source: AMECO

Condicionamento Industrial

1965: Condicionamento Nacional (DL 46 666)

- Anuncia-se uma redução progressiva das indústrias protegidas
- Nalgumas indústrias (têxteis), o licenciamento passa a depender de requisitos técnicos não discriminatórios
- Mas o Estado continua a comandar o destino de vários sectores.
- Indústrias de grande dimensão: Instalação de novas unidades fabris na metrópole ou nas colónias sujeita a oposição pelos industriais de qualquer desses territórios e a apreciação conjunta do pedido pelos Ministérios da Economia e do Ultramar

• Silva Lopes (cap 7):

- O modelo corporativo é apenas mitigado: “Durante a década de 60, o Condicionamento Industrial estava no apogeu e abrangia a quase totalidade das indústrias transformadoras”
- Barreiras à entrada significativas em sectores como Cimentos, cervejas, adubos, vidro, artigos de borracha
- Apoios discricionários, intervenções diretas, em lugar de regras gerais
- Licenciamento moroso, tráfico de influências
- Privilegiava-se a expansão da capacidade face a novos entrantes
- Na Europa Ocidental procura-se promover a concorrência; em Portugal a prática é de restringir a concorrência

1965: Código do Investimento Direto Estrangeiro

- Anula Lei de Nacionalização do Capital de 1943
- Abertura do investimento aos capitais externos
- Exceções nos derivados de petróleo, transportes e comunicações
- Elimina-se a possibilidade de expropriação sem indemnização

1970: Diminuição do número de atividades sujeitas (DL 393)

- Lista de indústrias sujeitas reduz-se em 2/3

1970: Lei de Defesa da Concorrência

- Para combater abusos de posição dominante
- Mas apenas começou a ser implementada em 1972

1974: Fim do condicionamento industrial (DL 533)

- Manutenção de requisitos técnicos em determinadas indústrias, de carácter geral, não discriminatório

Controlo de preços

- Durante todo o período do Estado Novo, os controlos de preços foram generalizados
- Tabulação, fixação administrativa, no consumidor ou ao produtor
 - Cereais, pão, massas, açúcar, azeite, oleaginosas, óleos, sabão, carnes, bacalhau, cimento, electricidade, transportes, adubos, combustíveis
 - Mercado negro em alguns casos
- Portaria 336/72:
 - Bicas, bolo de arroz, brioche, queques, etc, pastas dentífricas, tijolos, óculos, lentes lavagem de automóveis, serviços de lavandaria.
 - Objetivo:
- Margens de comercialização máxima no comércio por grosso e a retalho.
- Taxas de juro, comissões bancárias
- Rendas de casa congeladas
 - Degradação do parque habitacional
- Fundo de Abastecimento:
 - Sobretaxas à importação de bens como cereais, açúcar, combustíveis, para financiar preços garantidos aos agricultores
 - Pouco retorno na agricultura
- Motivação
 - Influenciar o comportamento do índice de preços e moderar salários
 - Compensar o abuso de posição dominante por parte dos carteis
 - Mas em muitos casos tabelaram-se preços em mercados competitivos (cafetarias), enquanto em mercados monopolistas os controlos eram inexistentes ou pouco efetivos.

Política colonial

1951 – Mudança Constitucional

- Colónias passam a “províncias” do “Ultramar”
- Portugal passa a Estado único, com províncias ultramarinas

1953 – Lei Orgânica dos Territórios Ultramarinos

- Nativos de São Tomé e Príncipe e de Timor tornam-se cidadãos Portugueses

1954 – Novo estatuto do indígena

- Angola, Moçambique, Guiné

1961 – Estatuto do indígena (passa a opcional)

1962 – Código do Trabalho Indígena (elimina o trabalho forçado)

1962 – Livre circulação de pessoas no Império

1961 - Espaço Económico Português

- Resposta ao GATT
- Criação de uma área de comércio livre
- Eliminação gradual de direito recíprocos entre Portugal e Colónias

Desequilíbrios Comerciais:

- Acumulação de défices nas colónias sem possibilidade de desvalorização
- Metrópole evita acumulação de créditos
- Restrição aos pagamentos funciona como substituto da desvalorização

1971: Tarifas são respondidas no contexto do império, para evitar défices nas províncias

Progressos

- Política Colonial passa de predatória a desenvolvimentista
- Planos de Fomento contemplam planos para as províncias: portos, estradas, caminhos-de-ferro, carreiras aéreas.
- Projetos de investimento industrial aprovados nas províncias com participação de capital estrangeiro.
- Angola: petróleo, segundo maior parque industrial a sul do Sahara
- Comércio Portugal-Províncias: 1950: 22%; 1973: 14%

1960-73

Crescimento acelerado

Abertura ao exterior

- O nível de proteção manteve-se entre os mais elevados no contexto da EFTA e da CEE (embora mais baixo do que a Espanha)
- Boletins de Registo Prévio à Importação (BRI) continuam a ser usados, criando uma barreira burocrática equivalente a licenciamento das importações, em desrespeito pelas regras e compromissos internacionais

Industrialização

- Diminuição do peso da agricultura
 - Crescimento rápido de indústrias mão de obra intensivas
 - Têxteis, Vestuário, Calçado; pasta de Papel
 - Metalurgia e máquinas elétricas
 - Madeira, cortiça, mobiliário
- Perda de Importância de sectores tradicionais (vinho, conservas)

Capital Estrangeiro

- O IDE (EUA, Alemanha) esteve presente em sectores exportadores, como máquinas, material eléctrico, material de transporte, papel e celulose, têxteis, vestuário, calçado, reparação naval, metalomecânica

Economia Dual

- Sectores protegidos e sectores exportadores :
 - Surgimento de fortes grupos económicos apoiados pelo Estado, que criaram bancos: CUF, Champalimaud, Espírito Santo, Borges e Irmão, Pinto de Magalhães, FONSECAS e Burnay, Atlantico.
 - Muitas pequenas empresas exportadoras sem apoio do Estado e com acesso limitado ao crédito
- Disparidades sociais
 - Operários qualificados na Lisnave
 - Camponeses em Trás-os-Montes usam métodos medievais

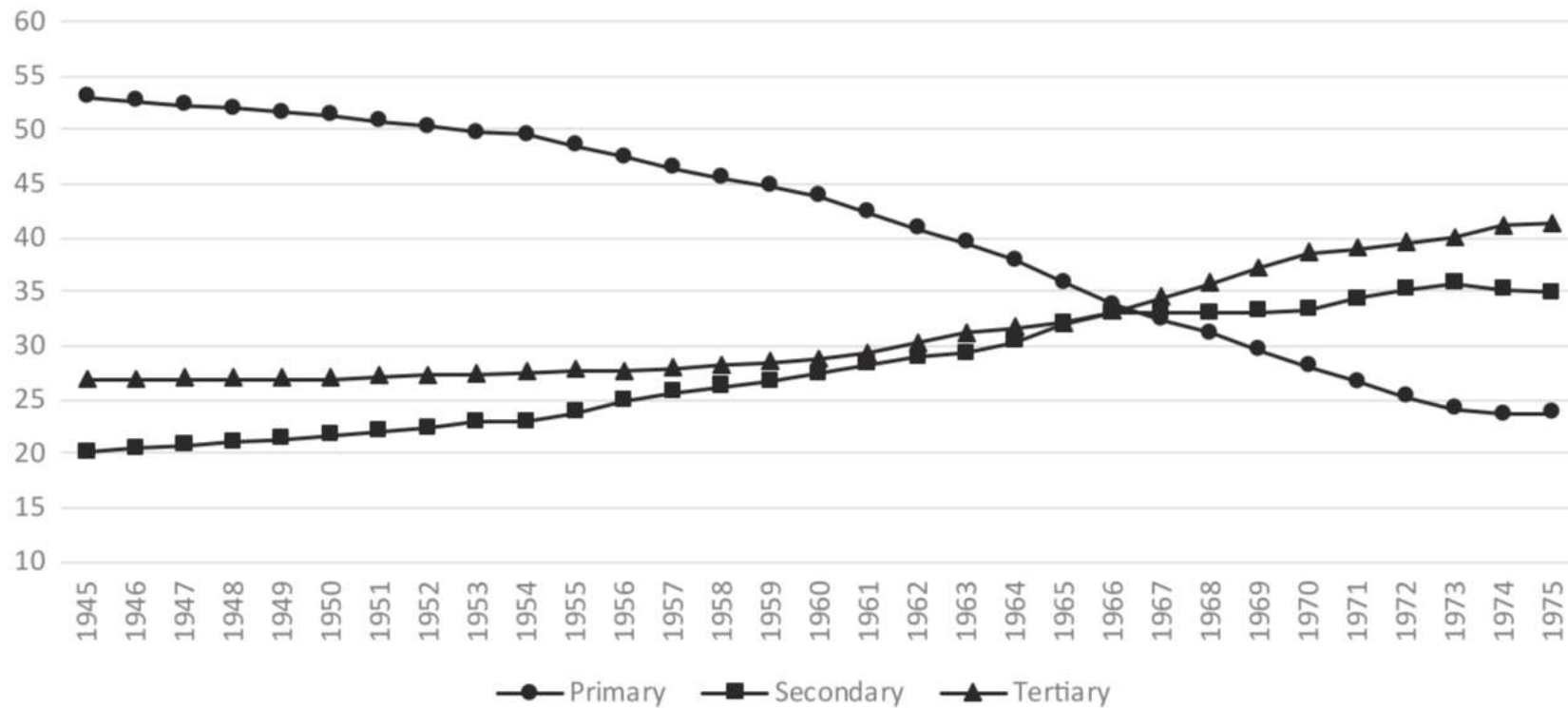


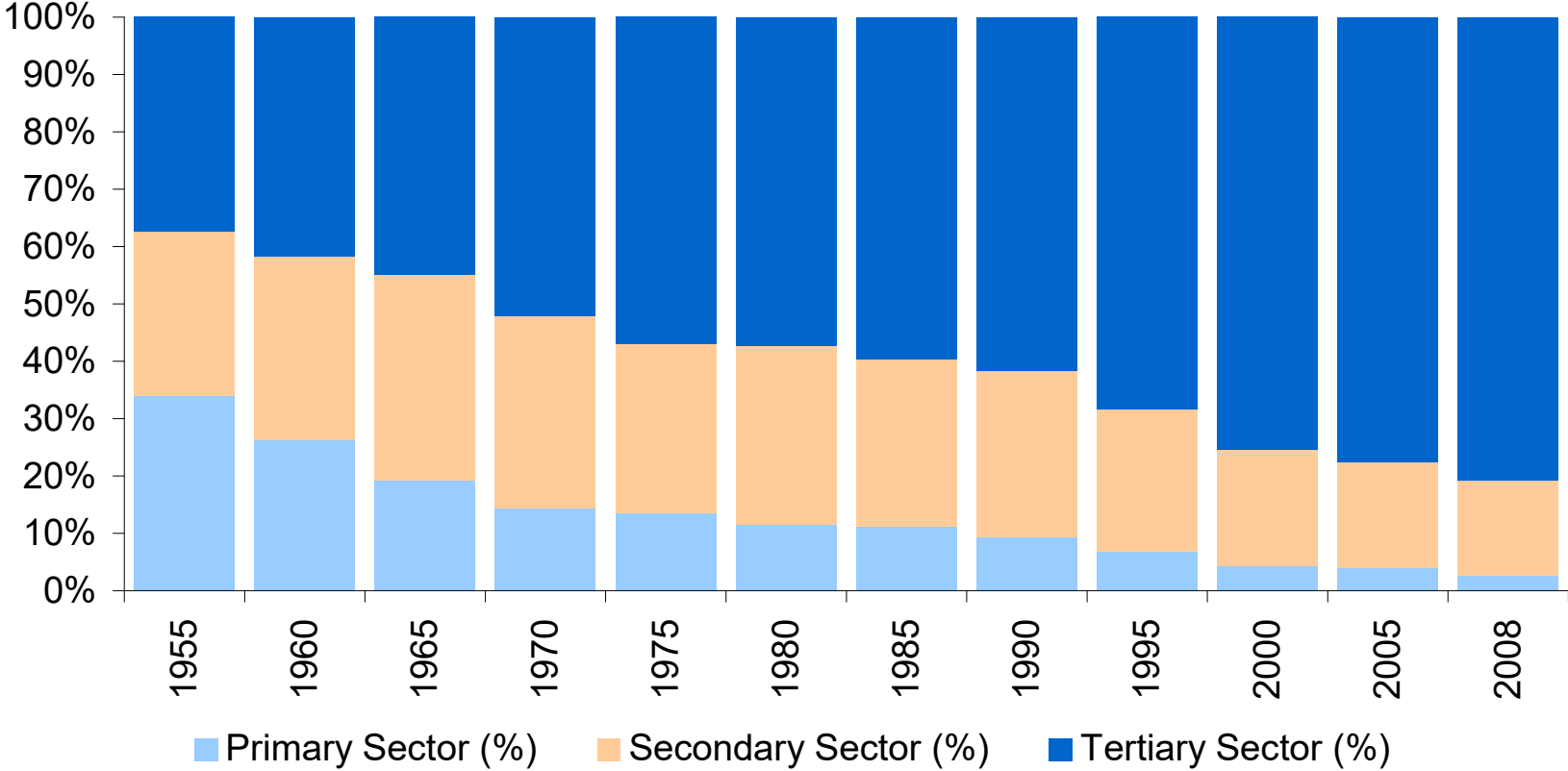
Fig. 9 Structure employment, Portugal, 1945–1975 (% overall employment) (Source Calculated by the author using Nunes [2001] and Pinheiro [1997] for the period 1953–1975)

STRUCTURAL TRANSFORMATION

Employment structure

	1953	1968	1973	1986	1995	2008
Agriculture and Mining	50	31	24	16	13	11
Manufactures	18	25	26	26	23	18
Electricity, gaz, water	0	1	0	1	1	1
Building construction	4	7	9	10	10	11
Trade, restaurants and hotels	7	13	14	15	20	21
Transportation, storage and communicatic	3	4	4	5	4	4
Banks, insurance and real state	1	1	2	3	5	8
Community services	16	18	19	24	25	26
	100	100	100	100	100	100

Gross Value Added by sectors in Portugal



Sources: Bank of Portugal and INE

Política monetária e cambial

- Padrão divisas ouro
 - Emissão monetária condicionada pela acumulação de reservas
 - Regra de 50%
- Passividade
 - Apesar de algumas mexidas na taxa de reservas legais e na taxa de desconto a política monetária foi globalmente estável, neutra.
 - O fator de maior variabilidade foi a B.O.M.N.
- Aumento do multiplicador
 - Diminuição do rácio notas/depósitos
 - Taxas de reservas mais baixas nos DP, cujo peso aumentou
 - Permitiu a expansão da oferta de moeda, acompanhando as transações
- 1961-63: Défices não esterilizados na BTC
 - Perda de ouro, contração da base monetária, diminuição da procura
 - Diminuição da TCR, correção do défice
- 1965-71: Excedentes da BONM
 - Exportações, remessas de emigrantes
 - Crescimento excessivo da oferta de moeda
 - Inflação, bolha especulativa
- 1971: Colapso de Bretton Woods
 - Escudo acompanha as moedas europeias e aprecia face ao dólar

Política orçamental

- Funcionários públicos: 35 mil em 1930, 205 mil em 1968.
- Mas peso do Estado na economia baixo no contexto da OCDE
- Política orçamental
 - Política de orçamento equilibrado
 - Regra de ouro
 - Política orçamental conjuntural (keynesiana) inexistente
 - Orientação do investimento para a construção de infraestruturas e para a indústria.
 - Baixo investimento em educação
 - Crescimento económico diluiu o esforço militar
- 1962: Reforma Fiscal
 - Com o GATT e a EFTA, diminuem as receitas aduaneiras
 - Introdução do Imposto de transações
 - Imposto profissional, imposto complementar e contribuição industrial passam a ser cobrados com base no **rendimentos declarados** em lugar de com base no rendimento presumido
 - Progressividade suave no imposto profissional
- Dívida externa:
 - 1902- Portugal perdera acesso ao financiamento externo
 - 1962 – Retorno aos mercados, com emissão sindicada
- Dívida interna
 - 1961: 17% do PIB
 - 1973: 11.6% do PIB

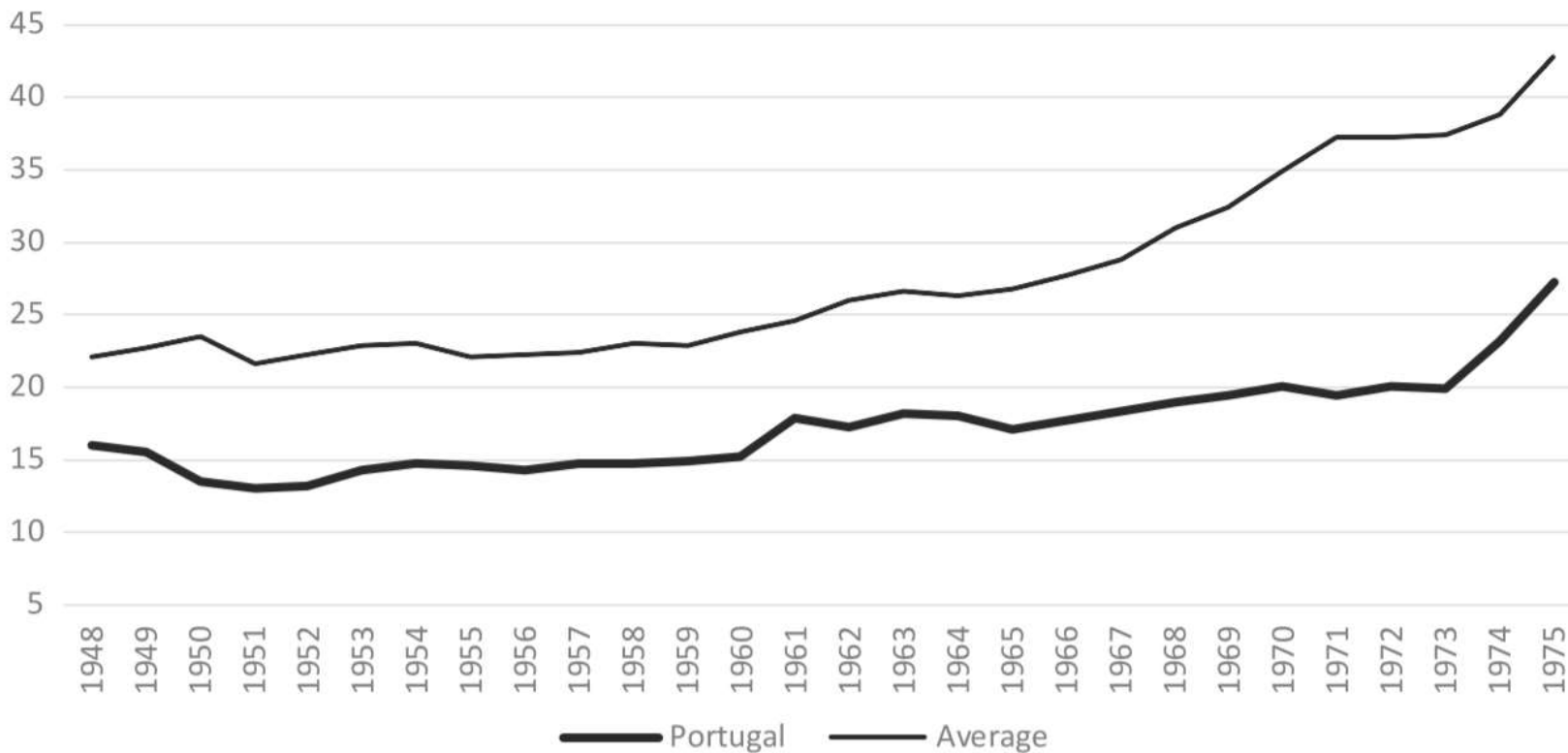


Fig. 4 Public spending, Portugal vs. average European countries, 1948–1975 (% GDP) (Source 1953–1975—Pinheiro [1997] spliced with Mata [2001] for 1948–1952)

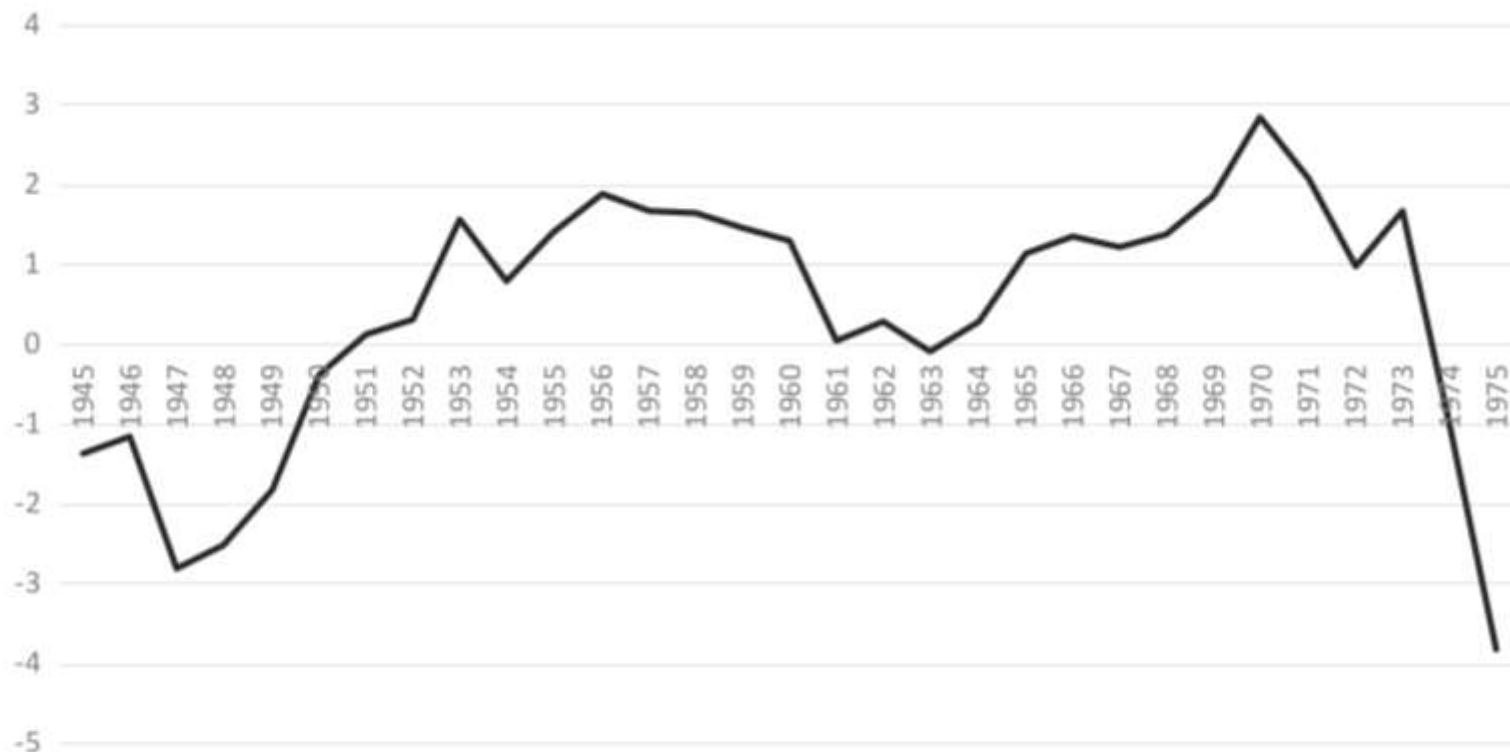


Fig. 2 Government budget deficit, Portugal, 1945–1975 (% GDP) (Source 1945–1952—Mata [2001]; 1953–1975—Pinheiro [1997])

Table 1 Structure of public spending (some items), various countries, 1960–1970 (% GDP)

	Defense		Education		Health		Social	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970
France	6.3	4.1	3.4	5.0	2.5	4.3	4.8	3.5
Germany	4.0	3.2	2.4	4.0	3.1	4.2	5.0	4.4
Italy	2.7	2.3	3.7	4.5	3.2	4.8	4.2	3.4
Sweden	2.8	3.4	4.6	6.2	3.4	6.2	2.8	4.0
UK	6.4	4.6	3.6	5.3	3.4	3.9	2.5	3.6
Portugal	3.0	6.1	1.3	1.7	0.4	1.8	0.8	0.9

Source Defense: World Bank Open Data; All others: OECD (1985), except Portugal: Mata (2001) and Carreira (1996) for Health

Segurança Social

1943: Governo passa a poder criar Instituições de Segurança Social

- Financiamento com base na capitalização

1962: Nova lei da Segurança social

- Maternidade, desemprego

1969: Cobertura de toda a população Rural

- Não só via Casas do Povo

1971: Estado assume responsabilidade direta na saúde pública

Table 2 Social security beneficiaries as a percentage of active population, 1953–1972

	Total	Total minus ASM
1953	50.76	35.71
1960	72.18	56.90
1966	79.26	63.48
1972	93.32	78.43

Source Amaral (2002)

Educação

- 1941: Plano de Construção de 6 mil escolas
- 1952: Plano de Educação Popular
 - Educação de adultos (exceto trabalhadores agrícolas)
- 1964: seis anos de educação obrigatória
 - 4 anos gerais + 2 (liceal ou vocacional)
 - Ensino liceal (não obrigatório, provisão privada)
- 1967: Criação do ciclo preparatório para o ensino secundário (dois anos)
 - Escolha vocacional vs liceu no ciclo seguinte
- 1974: oito anos

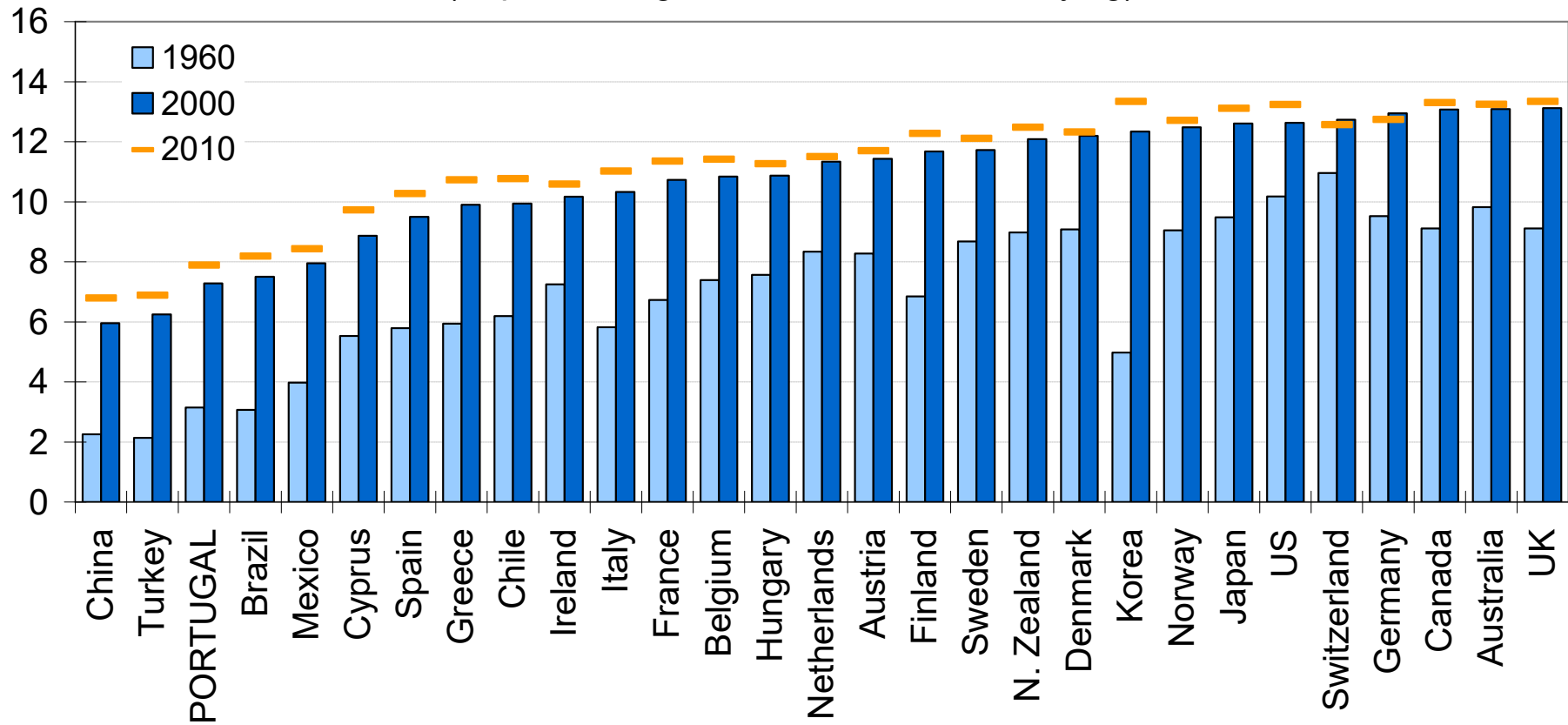
Table 7 School enrollment (students enrolled in primary schools as a percentage of the 5–14 age group) (%)

	1940	1950	1960	1970
Portugal	32.34	36.73	53.17	56.44
Italy	59.43	57.36	53.83	55.01
Spain	43.81	44.58	62.98	75.86
Belgium		70.14	67.95	65.88
Denmark	65.12	62.48	77.97	77.97
Finland	73.10	69.26	67.24	59.18
France	84.07	75.37	69.68	61.86
Germany	71.65	73.64	69.91	73.40
The Netherlands	69.78	73.61	61.43	61.43
Norway	77.62	66.74	70.44	86.45
Sweden	62.85	62.48	68.01	58.84
Switzerland	71.00	68.10	64.17	—
UK		70.29	62.59	68.45

Source Amaral (2002)

Key Challenge: Human Capital

Years of schooling
(Population aged 15-64 who is not studying)



Source: Cohen, D. and M. Soto. 2001. "Growth and human capital: good data, good results", OECD.

Medição do Stock de capital humano

- O número médio de anos de escolaridade da população não estudantil com mais de 15 e menos de 64 anos.
- Método de Mincer : O nível de capital humano por trabalhador, $h=H/L$, é calculado de acordo com

$$h = e^{\phi(E)}$$

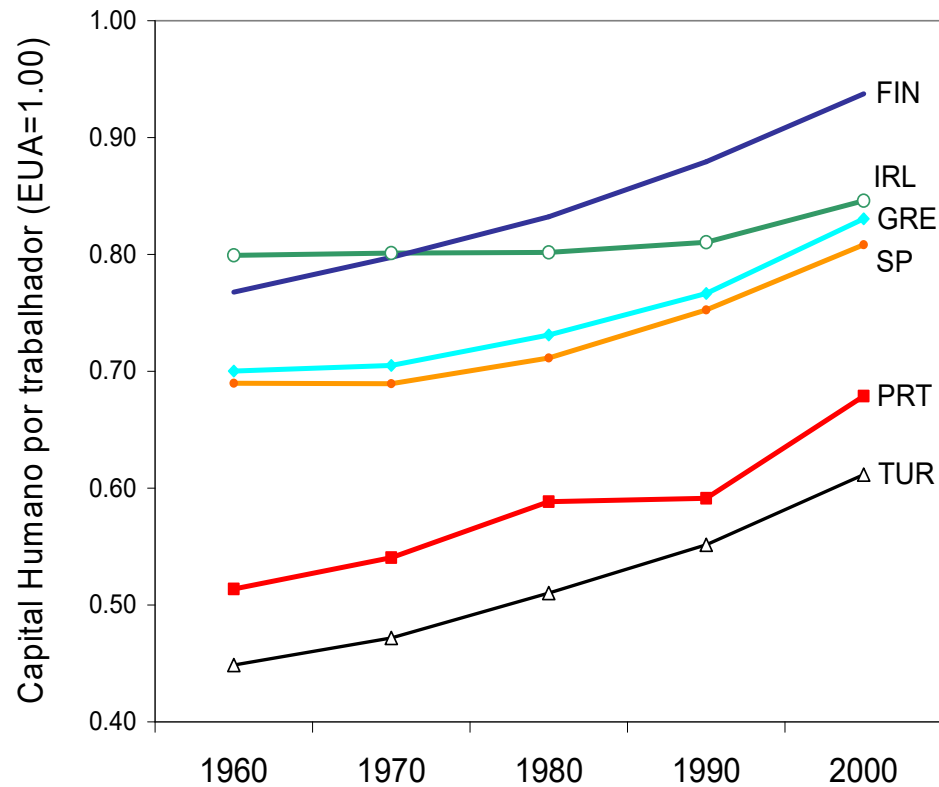
onde $\phi(E)$ mede a eficiência de uma unidade de trabalho com E anos de educação.

- Assume-se que $\phi(0)=0$
- As derivadas parciais $f'(E)$ correspondem às seguintes taxas de retorno do investimento em educação (idênticas para todos os países): 13.4% para os primeiros quatro anos de escolaridade, 10.1% para os segundos 4 anos e 6.8% para os investimentos em educação a partir dos 8 anos (Hall and Jones, 1999).

Capital Humano por trabalhador

	1960	1970	1980	1990	2000
Bélgica	0.81	0.82	0.82	0.84	0.89
Dinamarca	0.93	0.92	0.92	0.93	0.97
Alemanha	0.96	0.99	1.03	1.04	1.02
Grécia	0.70	0.70	0.73	0.77	0.83
Espanha	0.69	0.69	0.71	0.75	0.81
França	0.76	0.80	0.82	0.86	0.88
Irlanda	0.80	0.80	0.80	0.81	0.85
Itália	0.69	0.71	0.75	0.79	0.86
Países Baixos	0.88	0.88	0.88	0.88	0.92
Austria	0.88	0.87	0.88	0.89	0.92
Portugal	0.51	0.54	0.59	0.59	0.68
Finlândia	0.77	0.80	0.83	0.88	0.94
Suécia	0.90	0.92	0.94	0.96	0.94
Reino Unido	0.93	0.94	0.96	0.98	1.03
Estados Unidos	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
Japão	0.95	0.94	0.93	0.95	1.00
Canadá	0.93	0.94	0.96	0.98	1.03
Noruega	0.93	0.94	0.96	0.98	0.99
Austrália	0.98	0.98	1.00	1.01	1.03
Nova Zelândia	0.92	0.91	0.90	0.90	0.96
Turquia	0.45	0.47	0.51	0.55	0.61

Capital Humano por Trabalhador (EUA=1.00)



Método (Hall and Jones, 1999): O nível de capital humano por trabalhador, $h=H/L$, é calculado de acordo com $h = e^{\phi(E)}$, onde a função $\phi(E)$ mede a eficiência de uma unidade de trabalho com E anos de educação. Assume-se que $\phi(0)=0$ e que as derivadas parciais $\phi'(E)$ correspondem às seguintes taxas de retorno do investimento em educação (idênticas para todos os países): 13.4% para os primeiros quatro anos de escolaridade, 10.1% para os segundos 4 anos e 6.8% para os investimentos em educação a partir dos 8 anos.

Table 4 GDP per capita annual growth rates, 1930–1950 (%)

1950–1959	3.88
1960–1973	6.54
1950–1973	5.38

Source 1950–1952—Batista et al. (1997); 1953–1973—Pinheiro (1997)

I. Factos

Milagres do Mundo

1960-1992

PIB *per capita*

Taxas médias de
crescimento,

números de ordem em

119 países

Fonte: Sala-i-Martin (1996)

Ordem	País	Taxa de crescimento
1	Coreia do Sul	6.6
2	Singapura	6.2
3	Formosa	6.1
4	Hong Kong	6.1
5	Botswana	5.6
6	Malta	5.4
7	Japão	5.2
8	Tailândia	4.6
9	Chipre	4.5
10	Malásia	4.3
11	Portugal	4.0
14	Grécia	3.7
15	Espanha	3.6
16	Irlanda	3.5
19	Cabo Verde	3.2
20	Italia	3.2

PIB per capita em Portugal, Estados Unidos e 12 Países da Europa Ocidental, milhões de dólares internacionais de Geary-Khamis, preços de 1990

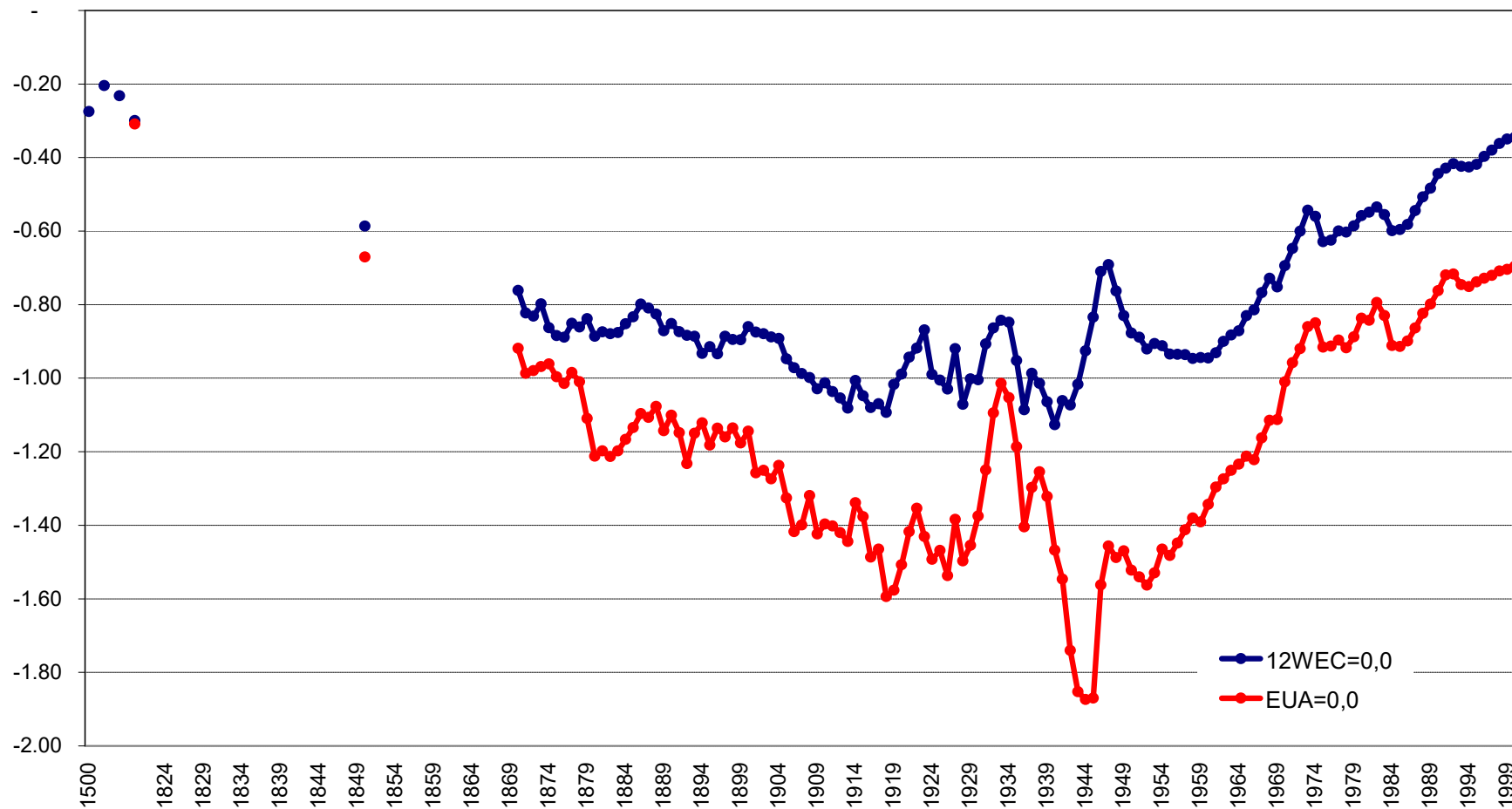
	1500	1600	1700	1820	1910	1925	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Portugal	606	740	819	923	1228	1446	1615	2086	2956	5473	8044	10826	14022
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.2	0.1	0.1	0.3	1.1	0.7	2.6	3.5	6.4	3.9	3.0	2.6
Estados Unidos da América	400	400	527	1257	4964	6282	7010	9561	11328	15030	18577	23201	28129
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.0	0.3	0.7	1.5	1.6	0.7	3.2	1.7	2.9	2.1	2.2	1.9
12 Países da Europa Ocidental	798	908	1033	1245	3380	3951	4984	5018	7607	10959	14057	16872	19806
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.1	0.1	0.2	1.1	1.0	1.6	0.1	4.2	3.7	2.5	1.8	1.6
Memo:													
Portugal/ 12 PEO	75.9	81.5	79.3	74.1	36.3	36.6	32.4	41.6	38.9	49.9	57.2	64.2	70.8
Portugal / EUA	151.5	185.0	155.4	73.4	24.7	23.0	23.0	21.8	26.1	36.4	43.3	46.7	49.9

- Entre 1500 e 1820: entre 75% e 80% dos 12 WEC
- Século XIX e 1º metade do século XX: divergência.
- Segunda metade do século XX: aproximação.

Na Viragem do milénio, o PIB per capita de Portugal relativo aos 12 WEC estava quase ao nível de 1820.

Fonte: Angus Maddison

PIB per capita, 1500-2001 Portugal/EUA e Portugal/12WEC

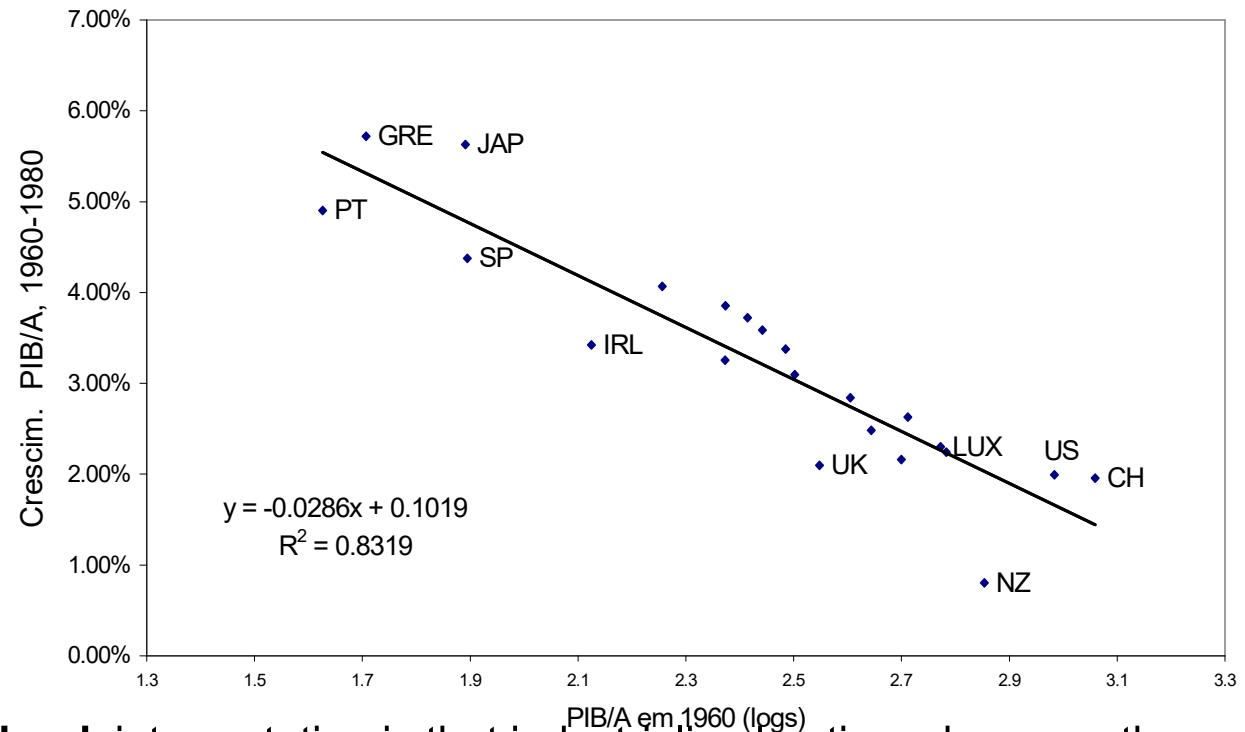


Fonte: Angus Maddison

II. Convergence among OECD nations

Growth rates versus initial levels, GDP per working age population, 1960-1980

(Dowrick and Nguyen, 1989, Mankiw et al., 1992, Barro and Sala-i-Martin, 1992, Carre and Klomp, 1997).



A common **textbook** interpretation is that industrialised nations, because they have **similar** (technology, labour skills, investment rates, population growth rates)
... are expected to enjoy convergence.

Table 6 Growth accounting, various studies, 1947–1975

References	Periods	Annual growth rates			
		Labor	Capital	Human capital	TFP
Lains (2003)	1947–1973	0.2	2.6	0.8	1.5
Silva and Lains (2013)	1947–1973	0.5	2.9	–	1.8
Amaral (2002)	1953–1973	–0.2	2.4	1.0	2.4
	1953–1959	–0.4	2.0	2.3	0.4
	1960–1964	–0.2	2.6	0.5	2.8
	1965–1973	–0.1	2.7	0.9	2.7
Mateus (2005)	1950–1975	0.3	2.5	0.6	2.1

Source Amaral (2002), Lains (2003), Silva and Lains (2013), and Mateus (2005)